

política

PAINEL | Fábio Zanini

painel@ufsp.br

Cortina de fumaça

Ex-diretora de Patrimônio da CBF, Luísa Rosa diz, em processo por assédio moral e sexual que move contra a entidade, que o anúncio do técnico Fernando Diniz para a seleção, em julho de 2023, foi usado como artifício para abafar sua demissão. Segundo ela, a nomeação foi antecipada pelo presidente Ednaldo Rodrigues para coincidir com seu desligamento e minimizar a repercussão negativa. Ela foi mandada embora após denunciar ambiente tóxico para mulheres na confederação.

ME TOU Primeira mulher diretora da história da CBF, ela diz que foi obrigada a ouvir comentários misóginos e inconvenientes nos 12 meses em que exerceu o cargo e a lidar com convites inadequados para ir a bares e restaurantes. A ex-diretora entrou com ação no fim do ano, em que pede indenização de R\$ 15 milhões.

ACORDA É QUE SÃO ELAS O Ministério das Mulheres repassou R\$ 250 mil para a realização da segunda fase do 1º censo brasileiro da população lésbica. A pesquisa tem previsão de conclusão até dezembro, com aplicação de entrevistas qualitativas em todos os estados. O objetivo é definir estratégia de enfrentamento dos ataques conservadores, para garantir o acesso a direitos, bem como acolhimento e suporte desse grupo.

TORCIDA Cerca de 60 movimentos sociais enviaram carta ao presidente Lula defendendo a indicação do advogado Marco Aurélio Carvalho para o Ministério da Justiça. Assinam, entre outros, Unifraço, Movimento Negro Unificado, Movimento dos Atingidos por Barragens e J44 Artes. O documento destaca a trajetória de luta política de Carvalho e sua "defesa de um dos direitos mais basilares, que é a preservação de inocência".

ESPECTATIVA Lula deu sinais de que deve decidir na semana que vem o novo ministro. Também são cotados o secretário-executivo da pasta, Ricardo Cappelletti, o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o secretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Wellington Silva.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE SP. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Circulação: circula@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assinatura no assinante: (11) 3224-3050 | 0800-775-8080
Assine a Folha: assin@folha.com.br | 0800-015-8000

Edição Digital
Plano Mensal

Edição Impressa
Venda avulsa
seg. a sáb. dom.
R\$ 8,90 R\$ 10,00
R\$ 8,90 R\$ 11,00
R\$ 8,90 R\$ 12,00
R\$ 11,00 R\$ 15,00
R\$ 11,00 R\$ 16,00
R\$ 11,00 R\$ 23,00

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (em mil)

795.800 exemplares (novembro de 2023)

Trabalhei com provas, diferente da Lava Jato, diz subprocurador do 8/1

Indicado por Aras afirma ter deixado investigação em dia para Gonet após mais de 1.400 denúncias e vê falhas em apuração sobre militares

ENTREVISTA
CARLOS FREDERICO SANTOS

Fábio Victor

BRASÍLIA Responsável do Ministério Público Federal por apresentar à Justiça todas as denúncias relativas ao 8 de janeiro no primeiro ano de investigações, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos entregou o cargo em dezembro, com a nomeação de Paulo Gonet para chefiar a instituição.

Ele diz à Folha que pautou seu trabalho pela solidez da investigação criminal, baseada em provas, e aproveitou para provocar a Lava Jato.

Indagado sobre o papel do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em tentativa de golpe, afirmou: "Seria leviano eu falar isso ou aquilo a respeito de uma pessoa sem ter apurado a respectiva prova. Quem trabalhou assim foi a Lava Jato e não deu certo. O meu trabalho é diferente. Eu primeiro busco provas para depois falar e apresentar a minha denúncia".

Três dias após os ataques às sedes dos Três Poderes, Santos foi designado pelo antecessor de Gonet, Augusto Aras, para coordenar o Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, a quem coube a investigação sobre o caso junto ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Após apresentar mais de 1.400 denúncias — principalmente contra incitadores (1.136) e executores (248) dos ataques, além de oito autoridades por omissão e um financiador —, o subprocurador se deu com a sensação de dever cumprido.

Santos criticou a condução da investigação e respectiva política, iniciada pela Polícia Federal sem combinação com o MPF. Mas evitou um conflito com o ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos no STF.

Sobre as críticas ao magistrado por concentrar poder e ter de corrigir erros, declarou: "Da não vejo abuso. Se houve erro, é o erro da justiça divina".

Demarcou, porém, o papel de cada instituição: "Tu do aquilo que se critica a respeito de Justiça, a respeito de falta de acesso às provas, não é com o Ministério Público. Eu respondo pelo Ministério Público".

Santos seguirá na coordenação da Câmara Criminal do MPF, como mandatário junto, e como conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Investigação

Escolemos como estratégia uma investigação em quatro núcleos. O dos financiadores, o das autoridades por omissão imprópria, o dos executores e o dos incitadores. A partir daí, pedimos ao judiciário para que fossem instalados quatro inquéritos de acordo com esses núcleos. Esse pedido foi acolhido, e as investigações começaram nessa perspectiva. E evoluiu bem, por que várias pessoas foram presas em flagrante. Logicamente tínhamos um prazo para oferecer denúncia, para depois não se dizer que o Ministério Público estaria passando dos limites da acusação, deixando pessoas presas sem a respec-



Carlos Frederico Santos, 61

Nascido em Marajó, formou-se em direito pela Universidade Federal do Amazonas em 1986, fez especialização em direito público pelo Centro Universitário de Brasília (UnicUB) e mestrado em direito pela mesma instituição. Iniciou a carreira no Ministério Público do Estado do Amazonas como promotor de Justiça. Já foi secretário-geral do Ministério Público Federal e presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Coordenou o Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, e coordenador da Câmara Criminal do MPF, conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público Federal e subprocurador-geral da República.

tiva acusação, não oportunizando o direito de ampla defesa. E a primeira preocupação nossa foi essa.

Após apresentar mais de 1.400 denúncias — principalmente contra incitadores (1.136) e executores (248) dos ataques, além de oito autoridades por omissão e um financiador —, o subprocurador se deu com a sensação de dever cumprido.

Santos criticou a condução da investigação e respectiva política, iniciada pela Polícia Federal sem combinação com o MPF. Mas evitou um conflito com o ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos no STF.

Sobre as críticas ao magistrado por concentrar poder e ter de corrigir erros, declarou: "Da não vejo abuso. Se houve erro, é o erro da justiça divina".

Santos seguirá na coordenação da Câmara Criminal do MPF, como mandatário junto, e como conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Investigação

Escolemos como estratégia uma investigação em quatro núcleos. O dos financiadores, o das autoridades por omissão imprópria, o dos executores e o dos incitadores. A partir daí, pedimos ao judiciário para que fossem instalados quatro inquéritos de acordo com esses núcleos. Esse pedido foi acolhido, e as investigações começaram nessa perspectiva. E evoluiu bem, por que várias pessoas foram presas em flagrante. Logicamente tínhamos um prazo para oferecer denúncia, para depois não se dizer que o Ministério Público estaria passando dos limites da acusação, deixando pessoas presas sem a respec-

tiva acusação, não oportunizando o direito de ampla defesa. E a primeira preocupação nossa foi essa.

Após apresentar mais de 1.400 denúncias — principalmente contra incitadores (1.136) e executores (248) dos ataques, além de oito autoridades por omissão e um financiador —, o subprocurador se deu com a sensação de dever cumprido.

Investigação

Escolemos como estratégia uma investigação em quatro núcleos. O dos financiadores, o das autoridades por omissão imprópria, o dos executores e o dos incitadores. A partir daí, pedimos ao judiciário para que fossem instalados quatro inquéritos de acordo com esses núcleos. Esse pedido foi acolhido, e as investigações começaram nessa perspectiva. E evoluiu bem, por que várias pessoas foram presas em flagrante. Logicamente tínhamos um prazo para oferecer denúncia, para depois não se dizer que o Ministério Público estaria passando dos limites da acusação, deixando pessoas presas sem a respec-

“Na qualidade de investigador que eu sou, seria leviano eu falar isso ou aquilo a respeito de uma pessoa sem ter apurado a respectiva prova. Quem trabalhou assim foi a Lava Jato e não deu certo. Todo mundo sabe disso. Falava antes de se provar. O meu trabalho é diferente.”

Após apresentar mais de 1.400 denúncias — principalmente contra incitadores (1.136) e executores (248) dos ataques, além de oito autoridades por omissão e um financiador —, o subprocurador se deu com a sensação de dever cumprido.

Santos criticou a condução da investigação e respectiva política, iniciada pela Polícia Federal sem combinação com o MPF. Mas evitou um conflito com o ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos no STF.

Sobre as críticas ao magistrado por concentrar poder e ter de corrigir erros, declarou: "Da não vejo abuso. Se houve erro, é o erro da justiça divina".

Santos seguirá na coordenação da Câmara Criminal do MPF, como mandatário junto, e como conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Investigação

Escolemos como estratégia uma investigação em quatro núcleos. O dos financiadores, o das autoridades por omissão imprópria, o dos executores e o dos incitadores. A partir daí, pedimos ao judiciário para que fossem instalados quatro inquéritos de acordo com esses núcleos. Esse pedido foi acolhido, e as investigações começaram nessa perspectiva. E evoluiu bem, por que várias pessoas foram presas em flagrante. Logicamente tínhamos um prazo para oferecer denúncia, para depois não se dizer que o Ministério Público estaria passando dos limites da acusação, deixando pessoas presas sem a respec-

tiva acusação, não oportunizando o direito de ampla defesa. E a primeira preocupação nossa foi essa.

Após apresentar mais de 1.400 denúncias — principalmente contra incitadores (1.136) e executores (248) dos ataques, além de oito autoridades por omissão e um financiador —, o subprocurador se deu com a sensação de dever cumprido.

Investigação

Escolemos como estratégia uma investigação em quatro núcleos. O dos financiadores, o das autoridades por omissão imprópria, o dos executores e o dos incitadores. A partir daí, pedimos ao judiciário para que fossem instalados quatro inquéritos de acordo com esses núcleos. Esse pedido foi acolhido, e as investigações começaram nessa perspectiva. E evoluiu bem, por que várias pessoas foram presas em flagrante. Logicamente tínhamos um prazo para oferecer denúncia, para depois não se dizer que o Ministério Público estaria passando dos limites da acusação, deixando pessoas presas sem a respec-

Continua na pág. A8